

REVOGADO

**ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO
DE MAGISTRADOS MINISTRO SÁLVIO DE FIGUEIREDO
TEIXEIRA - ENFAM**

PORTARIA ENFAM N. 9 DE 4 DE MARÇO DE 2015.

Institui grupo de trabalho para desenvolver programa de formação complementar sobre povos indígenas.

O DIRETOR-GERAL DA ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS MINISTRO SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA – ENFAM, usando da atribuição que lhe é conferida pelo artigo 22 do seu Regimento Interno e

Considerando os objetivos da Enfam de fomentar pesquisas, estudos e debates sobre temas relevantes para o aprimoramento dos serviços judiciários e da prestação jurisdicional e de promover, diretamente ou mediante convênio, a realização de cursos,

RESOLVE:

Art. 1º Instituir, no âmbito da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira, grupo de trabalho para desenvolver programa de formação complementar sobre povos indígenas.

Parágrafo único. Compete ao grupo de trabalho propor, coordenar e supervisionar cursos e atividades e elaborar material didático, diretamente ou por intermédio de outras escolas ou instituições, com o objetivo de preparar os magistrados e membros do Ministério Público, conforme convênio firmado entre a Escola Superior do Ministério Público da União e a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados.

Art. 2º Designar os seguintes membros para compor o grupo de trabalho:

I - Jaiza Maria Pinto Fraxe, Juíza Federal do Tribunal Regional Federal da 1ª Região;

II – Ilan Presser, Juiz Federal do Tribunal Regional Federal da 1ª Região;

III – Marcus Alan de Melo Gomes, Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado do Pará;

IV – Roberto Lemos dos Santos Filho, Juiz Federal do Tribunal Regional Federal da 3ª Região;

V- Paulo Tamburini, Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e Secretário-Geral da Enfam;

VI – Wellington Magalhães, Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado de Tocantins;

VII – Deborah Macedo Duprat, Subprocuradora-Geral da República;

VIII – João Akira Omoto, Procurador Regional da República;

IX – Eliane Moreira, Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado do Pará;

X – Manoel Lauro Volkmer de Castilho, Assessor do Supremo Tribunal Federal;

XI – Daniel Sarmento, Professor Adjunto da Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

Parágrafo único. O grupo de trabalho poderá contar com o auxílio de autoridades e especialistas vinculados a entidades públicas ou com atuação em área correlata.

Art. 3º Compete à Subprocuradora-Geral da República Deborah Duprat a coordenação dos trabalhos.

Art. 4º As atividades de apoio serão exercidas, na forma prevista no art. 11 da [Resolução STJ n. 35 de 13 de novembro de 2012](#), pelos seguintes servidores da Enfam:

I – Maria Raimunda Mendes da Veiga, Secretária Executiva;

REVOGADO

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 1688 - Brasília, Disponibilização: Quinta-feira, 05 de Março de 2015 Publicação: Sexta-feira, 06 de Março de 2015

II – Marizete da Silva Oliveira, Coordenadora de Pesquisa e

Ensino;

III – Rosa Christina Penido Alves;

IV – Ana Paula Nóbrega de Souza;

V – Cristiana Moreira Pinheiro Lima; e

VI – Roberto Dalledone Machado Filho.

Art. 5º A Enfam arcará com as despesas referentes a passagens, transporte, alimentação e hospedagem dos colaboradores.

Art. 6º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

